

Luiz Arnaut
Márcio dos Santos Rodrigues
Valdeci da Silva Cunha¹

**“Suspiros e dores”:
escravidão, piedade e metáfora**

Departamento de História
(UFMG), Mestre em História
Social (USP). Márcio e Valdeci
são graduandos em História
pela (UFMG)
arnaut.luiz@gmail.com

Resumo

Este artigo visa analisar a temática escravidão e/ou abolição presente em diversos poemas recolhidos e selecionados de alguns jornais da província de Minas Gerais, entre os anos de 1885 a – 1900, com base nos recursos da sócio-linguística. Estes poemas constituem em meio e recurso para a produção, circulação e movimentação de idéias e informações acerca da escravidão, do abolicionismo e das diferentes formas de pensar a liberdade no século XIX. Esta quando associada aos escravizados era informada e informava uma lógica diferente de quando era associada aos brancos livres. Nosso objetivo, portanto, foi testar a proposta da história social da linguagem, formulada por Burke, ao interrogarmos poemas abolicionistas como fontes históricas, e estas não como suportes de idéias, mas como expressões e indicadores de práticas sociais.

Palavras-chave: Jornais mineiros do século XIX. Poesia. Escravidão. História social da linguagem.

Abstract

This article aims at to analyze the thematic slavery and/or present abolition in diverse collected poems and chosen teams of some periodicals of the province of Minas Gerais, enters the years of 1885 and 1900, on the basis of the resources of the social linguistic. These poems constitute in way and resource for the production, circulation and movement of ideas and information concerning the slavery, it abolitionism and different forms to think to them the freedom about century XIX. This when associate to the enslaved ones was informed and informed a logical different of when was associated the free whites. Our objective, therefore, was to test the proposal of the social history of the language, formulated for Burke, when interrogating referring to abolitionism poems as historical sources, and these not as supports of ideas, but as practical expressions and pointers of social.

Keywords: Newspapers from Minas Gerais in 19th Century. Slavery. Social History of Language.

Enviado em 05 de
setembro de 2008 e
aprovado em 10 de outubro
de 2008.

1. Grupo de Estudos *História e linguagem* (Depto de História da Fafich – UFMG) Luiz Arnaut (coord.), Márcio Rodrigues, Renata Campos, Marcelo Mangini, Valdeci Cunha e Mateus da Silva.

Introdução

Os protetores são os piores tiranos

Lima Barreto

A história social da linguagem parte da proposta de usar, na análise histórica, as contribuições da sócio-linguística na análise das fontes históricas. A linguagem das fontes expressa relações sociais denotativas de um mundo que tornou possível ou inadiável esta ou aquela forma de comunicação. A língua, por ser prática, molda e é moldada pela sociedade, podendo ser tomada como indicador e evidência de práticas sociais, valores, idéias e distintas formas de percepção de problemas e de encaminhamento de suas soluções².

Assim, se as fontes históricas textuais podem ser tratadas e interrogadas em função de suas idéias – noções e informações sobre temas e/ou processos, ou seja, como suportes e veículos de informações relevantes – também podem, por outro lado, serem interrogadas quanto ao que carregam de implícito, como sua própria informação, uma vez que admitimos forma e conteúdo como elementos indissolúvelmente ligados.

O sentido e a significação da linguagem são fornecidos pelo contexto e pelas condições de enunciação. As palavras que falamos, ouvimos, escrevemos e lemos seriam, nesta abordagem, idéias portadoras de valores socialmente atribuídos³. A linguagem e as classificações que ela expressa atuam, assim, como princípios de (di)visão do mundo social; um recurso técnico que, ao permitir nomear as coisas do mundo, modifica-o. Essas descrições muitas vezes podem ser vistas como prescrições: há algo de denúncia naquilo que se anuncia. As propriedades da língua em transformar o mundo social só são compreensíveis se admitirmos o social como relacional ao invés de substancial. Ou seja, a “realidade” como sendo o lugar das lutas para definir a “realidade”⁴.

A Campanha Abolicionista foi responsável pela produção e pela circulação de diversos poemas na imprensa. Nos periódicos a escravidão foi (re)definida como injustiça intolerável. Ali, as diferentes representações formam e informam a defesa do fim da escravidão ao mesmo tempo em que são formadas e informadas por ela.

A denúncia da escravidão aparece na chave da compaixão e da piedade: ao escravizado continuava sendo negado o estatuto de sujeito, assim como mantinha a permanência do *negro* como metáfora negativa. Assim, a luta pela abolição conservava a exclusão política e social dos negros, objetos da comiseração, cuja libertação teria sido resultante da ação dos (brancos) livres. Após 1888, o tema da abolição passaria a ser veiculado pelos republicanos, que buscavam dissociá-la da dinastia de Bragança, ao mesmo tempo transformando a *escravidão* em metáfora da condição de súdito e atribuindo ao movimento anti-monárquico o mérito pelo abolicionismo. No poema abaixo observamos que o orgulho das comemorações do dia treze de maio deveria ser do Brasil e não do Imperador, pois este apenas legalizou a abolição que já estava concretizada. A libertação do cativo da “carne preta”, segundo Gavroche, não é mérito do imperador, pois foi a isto forçado pelo Brasil. A monarquia seria a responsável pela instituição da escravidão mais do que pelo seu término

2. Para uma discussão sobre esses pressupostos teóricos, ver: BURKE, P. *História social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; e “História Social da Linguagem”. *A arte da conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. pp. 9-50.

3. Aqui, estamos utilizando as relações entre *tema e significação*. Para mais informações, ver: BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

4. Estamos tratando o mundo social, de acordo com Bourdieu, como relacional. A “realidade” é o lugar de luta permanente para definir a “realidade”. As representações “que os agentes sociais possuem das divisões da realidade contribuem para a realidade das divisões. Acreditamos que, no nosso caso, a escravidão não deva ser tratada somente como na sua dimensão objetiva (independente da consciência e da vontade dos agentes e que são capazes de orientar e coagir suas práticas e representações), mas deve ser considerada sua dimensão subjetiva (esquemas de percepção, pensamento e ação) que a tornam aceitável ou condenável. Ver BOURDIEU, P. “Introdução a uma sociologia reflexiva” *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 17-58; “Espaço social e poder simbólico”. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 149-168 e “A força da representação”. *Economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 107-116.

Cativou a carne preta,
Deu-lhe p’ra senhora a branca,
E a tal desumana treta
Vai pondo esta terra manca.

Se você não extirpar
A escravidão que plantou,
Para com ela acabar,
Hei de mostrar quem sou eu
[...]
Até que, forçado, aceita
Nosso governo cambalaio
A causa que estava feita,
Lavrando o treze de maio ⁵.

A historiografia produziu uma imagem do escravizado restrito à senzala, preso a correntes e sujeito aos chicotes do feitor. Há alguns anos esse tema foi objeto de profundo debate e por isso novas caracterizações vêm sendo construídas sobre este tema. A instituição passa, portanto, a ser apresentada menos pelos suplícios e correntes, e mais pelas possibilidades de circulação pelo espaço público e pela atuação no comércio. O debate que a re-interpretação provocou, e que adquiriu tons apaixonados e ataques incisivos ⁶, pode ser considerado como parte da polêmica que tem marcado a interpretação da escravidão desde o século XIX.

A relação escravocrata-escravizado⁷ era assimétrica e marcada pela distribuição e pelos acessos desiguais a bens materiais, simbólicos, políticos e legais. As limitações, interdições e permissões eram definidas nas relações concretas entre proprietários e escravizados. O estabelecimento destes limites constituía um dos focos de tensão e de conflitos entre os dois pólos dessa relação.

A vida do escravizado e a instituição da escravidão suscitaram diferentes formas de resistência. Entre estas podemos citar, a título de exemplo: as fugas, os quilombos, a literatura romântica e o abolicionismo. Estas distintas formas de combate à escravidão foram responsáveis pela produção e pela circulação de representações sobre o tema. As ações diretas dos escravizados fomentaram temores de ameaça social e de desrespeito às instituições sociais provocando reações conservadoras e repressivas. Estas ações de resistências dos escravos sensibilizaram uma parcela considerável da opinião pública que, por isso, motivou a produção literária e a ensaística procurando, então, minar, moral e socialmente, a escravidão instigando a opinião pública já sensibilizada. A escravidão, de instituição social e legal, foi deslocada e apresentada como uma prática desumana e imoral. A denúncia e o combate ao escravismo eram feitos através da produção e da divulgação de uma nova representação acerca da escravidão, do escravizado, do escravocrata e do escravismo.

Nesta discussão nos interessa as representações colocadas em circulação pelo abolicionismo, os valores, os princípios e as idéias a partir das quais o escravizado e a escravidão foram problematizados. A escravidão, sua aceitação e seu combate são incompreensíveis sem a análise e indicação das representações que as autorizem. As práticas e instituições sociais são inseparáveis dos princípios de visão de di-visão que as informa e as autoriza, as tornam aceitáveis.

5. Gavroche. “Flores e cacholetas”. *A Revolução*. Campanha. 16 mar. 1889.

6. Esse debate foi iniciado a partir da publicação do texto “O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre a escravidão colonial”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 133-152. Para saber mais sobre as réplicas, ver: CHALHOU, S. “Gorender põe etiquetas nos historiadores”. *Folha de São Paulo*, 24 nov. 1990; GORENDER, J. “Como era bom ser escravo no Brasil”. *Folha de São Paulo*. (réplica), 15/12/90; LARA, S. “Gorender escraviza a História”. *Folha de São Paulo* (tréplica), Caderno Letras, jan. 1991.

7. Optamos por substituir o substantivo *escravo* pelo advérbio *escravizado* para enfatizar a dimensão relacional da condição.

Nossas fontes foram poemas publicados em jornais de Minas Gerais no final do século XIX que evidenciavam uma representação da escravidão, da produção desta representação, do empenho em colocá-la em circulação e de um embate simbólico. Os poemas selecionados revelam uma pretensão de modificar o entendimento aceito sobre a escravidão, substituindo-o por outro que o tornava imoral. Cabe dizer aqui que a ocorrência estatística não foi uma preocupação nossa. Mais do que apontar como esta representação era consensual, pretendemos demonstrar sua existência e explorar a lógica que a informa.

Os poemas pretendiam contestar a escravidão e o fazem negando um de seus pré-supostos básicos. A afirmação da humanidade dos escravizados, portanto, é uma constante. Tal tratamento, ao denunciá-la, insinua uma semelhança radical entre aqueles que são tratados como animais e aqueles que são considerados leitores livres.

A despeito de qualquer diferença social, biológica, intelectual, os escravizados seriam fundamentalmente seres humanos. Esta é chave que permitirá a representação da escravidão como imoral, inaceitável e insuportável. Há aqui um duplo deslocamento: a escravidão deveria ser avaliada à luz da moralidade e civilidade, pois diz respeito a seres humanos; além disso, ela não comportaria uma reforma ou ainda uma gradação.

A escravidão não poderia ser amenizada, pois sua própria existência é apresentada como absurdo condenável. Esta certeza orienta descrições e prescrições: a ênfase discursiva recairá sobre as condições desumanas de vida nas quais *homens* são submetidos porque são escravizados.

Eu sei que dás ao negro o trato humano e digno.
Daqueles que têm n'alma o caudoso signo:
Porém, o que vale o pão com mais fermento feito,
Se os desgraçados são os brincos do direito?
A mãe não pode ao filho, a criancinha inerme
Carinhos dispensar! Por causa da epiderme,
Despedaçando, ó céus! o natural pendor,
Se lhe negou até o maternal amor.
Prazeres conjugais, afagos e carícias,
Não pode a raça vil, herdeira das sevícias
[...]
E tenho também asco às cousas deste mundo
Onde fostes buscar, eleitos do destino
Esse direito atroz, que proclamas divino
De pôr a pega aos pés a vosso irmão maldito. ⁸

Na chave desta contradição, que assume o tom de escândalo, o abolicionismo busca estimular a sensibilidade dos leitores para o sofrimento das vítimas que, como eles, foram criados à imagem e semelhança de Deus.

O destaque dado às condições cruéis da vida no eito mostra a escravidão como sadismo, privação e sofrimento: o escravizado é acorrentado, vítima de maus tratos e flagelo⁹.

No poema seguinte esta apresentação pode ser associada a uma opção estratégica e neste sentido alguns aspectos nos parecem dignos de atenção.

Chora, escravo, mas nos céus confia!...
És mártir de um malvado,
De um senhor tão desgraçado,
Que escravo diz ser cousa!
Perdoa ao monstro que diz isto,
E na Grã Cruz de Jesus Cristo
Tua fé sempre repousa.

8. "À Minas". *Província de Minas*. Ouro preto. 11 mar. 1886.

Chora, escravo, que terás descanso!...
 Não tarda que o escravista.
 Esse louco, esse egoísta,
 Morta veja a escravidão.
 Há de um dia a sociedade
 Dar-te, escravo, liberdade,
 E pedir-te até perdão.¹⁰

O primeiro, colocava a instituição em um universo referencial que inviabilizaria toda e qualquer pretensão de defesa e/ou permanência da escravidão. Além disso, o horror descrito aparece localizado em outro espaço, em outro lugar que não o do leitor – aparece também sendo praticado por outras pessoas. Este distanciamento permite ao leitor um estranhamento e uma dissociação em relação à figura do escravocrata, e ele pode comover-se com a sorte do escravizado: as iniquidades denunciadas ocorrem em um mundo do qual o leitor não participa, não é cúmplice nem beneficiário. Nesta perspectiva, podemos sugerir que o abolicionismo constituiu-se em uma grande operação de redesenho da escravidão; A escravidão foi, portanto, deslocada de uma rede simbólica que a legitimava, e inserida em uma outra rede na qual se tornava imoralidade.

O segundo aspecto a mencionar se refere a abordagem da escravidão em termos de valores absolutos. A consequência desta equação será sua exclusão do território da negociação. Quaisquer pretensões e/ou iniciativas de minorar seus males não passariam de paliativos legais ou filantrópicos: somente a abolição seria aceitável. Trata-se de extirpar o sofrimento, mais do que de aliviar os sofredores.

Esta entrada tem como chave a denúncia do sofrimento de uma vítima e não as práticas dos perpetradores. Os poemas evitam, seguindo as prescrições de Nabuco, criar conflitos e polêmicas com os escravocratas ou estimular a revolta dos escravizados, perigos que poderiam significar o suicídio político do abolicionismo¹¹. Este, entretanto, ao tomar para si a defesa dos escravizados, negava-lhes também o estatuto de sujeito. O *mandato abolicionista* é incapacitador e incapacitante, apesar das justificativas de Nabuco¹².

As descrições do sofrimento, da dor e da privação permitem não só tocar a piedade dos leitores como mobilizar sua religiosidade pela analogia entre o calvário e o eito, seja pelo martírio que os marca ou pela redenção que os sucede.

Para além do sofrimento físico, havia também a frustração afetiva decorrente das privações constitutivas da vida do escravizado. A injustiça de sua condição do escravizado é assim explorada no plano individual – ou seja, no nível concreto e cotidiano da vida das pessoas. A ausência da liberdade, portanto, significaria a privação das experiências familiares, como podemos ver no poema abaixo:

“Eu sei que em tuas plagas
 A escravidão não tem a hediondez das chagas;

9. Entenda-se bem, esta ênfase resultaria de uma forma como se percebeu, então, o problema, ressaltando que afirmar isto não implica em atribuir um caráter exclusivamente subjetivo ao sofrimento e aos castigos.

10. Carlos B. Peixoto. *A União*. Ouro Preto. 27 jan. 1887.

11. “A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminoso [...] incitar à insurreição, [...] porque seria expor outros a perigos que o provocador não correria com eles [...]” In: NABUCO, J. *O Abolicionismo*, cap. 4, 2000.

12. “O mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas, em ambos os casos, interpretada pelos que a aceitam como um mandato a que não se pode renunciar. Nesse sentido, deve-se dizer que o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ingênuos. [...] É esse ponto de vista, da importância fundamental da emancipação, que nos faz sub-rogar-nos nos direitos de que os escravos e os seus filhos [...] não podem ter consciência, ou, tendo-a, não podem reclamar, pela morte civil a que estão sujeitos”. NABUCO, J. *Op. Cit.*, Cap. 3, 2000.

Eu sei que dás ao negro o trato humano e digno.
 Daqueles que têm n'alma o caudoso signo:
 Porém, o que vale o pão com mais fermento feito,
 Se os desgraçados são os brincos do direito?
 A mãe não pode ao filho, a criancinha inerme,

Carinhos dispensar! Por causa da epiderme,
 Despedaçando, ó céus! o natural pendor,
 Se lhe negou até o maternal amor.
 Prazeres conjugais, afagos e carícias,
 Não pode a raça vil, herdeira das sevícias,

Gozá-las em sossego”¹³.

Há, portanto, uma dupla identificação potencial entre a descrição e certa parcela de leitores. De um lado, constituir uma família era um horizonte plausível para a maioria da população; ficar solteiro não consistia em uma perspectiva confortável para os moços e moças do século XIX. Por outro lado, podemos supor que, em função da educação e cultura da época, o argumento do afeto familiar calava fundo na sensibilidade romântica, particularmente no universo feminino; leitores e leitoras de *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774) e de *Escrava Isaura* (1875) teriam empatia com as situações descritas.

As poesias dos jornais trazem, portanto, uma representação da escravidão-privação que os romances e folhetins já colocavam em circulação há mais tempo. No poema *À Minas* de 1886, a escravidão aparece como algo que não pode ser visto de forma amena (anexo 6), pois aqui o absurdo condenável era a existência da instituição e não o tratamento dispensado aos escravizados.

Eu sei que dás ao negro o trato humano e digno.
 Daqueles que têm n'alma o caudoso signo:
 Porém, o que vale o pão com mais fermento feito,
 Se os desgraçados são os brincos do direito?
 A mãe não pode ao filho, a criancinha inerme
 Carinhos dispensar! Por causa da epiderme,
 Despedaçando, ó céus! o natural pendor,
 Se lhe negou até o maternal amor.
 Prazeres conjugais, afagos e carícias,
 Não pode a raça vil, herdeira das sevícias.

A representação da escravidão, posta em circulação, traduz, desta forma, um desacordo entre sua existência e as noções básicas do direito e do justo. A denúncia só é possível se a escravidão for apontada como contrária aos princípios da vida em sociedade, ou seja, a liberdade afirmada enquanto direito e princípio da natureza.

Livre é toda a natureza,
 Livre o mar quando muge,
 É livre a onça que ruge
 E não consente ser presa:
 No fogo é livre a centelha,
 Na colméia é livre a abelha
 E na manada os corcéis

13. “À Minas” *Província de Minas*. 11 de março de 1886.

Livre a altiva palmeira
 Ao sopro da aura fagueira.
 [...]

 Só o escravo é quem chorava
 Porque livre inda não era;
 Mas, Virgem, tu o animavas
 De manso a dizer-lhe: Espera!¹⁴

As regras instituídas pelos homens deveriam estar em consonância com o *jus naturalismo* e/ou a religião. Em ambos os casos as regras do “bom viver” teriam como limites parâmetros que antecedem qualquer pacto político: os direitos naturais. A afirmação da humanidade dos escravizados autorizava a sua inserção no universo dos beneficiários destas regras, ou seja, impediriam a instituição da escravidão. O resultado prático desta operação multifacetada seria a pretensão de desnaturalizar a escravidão, de destruir a noção de que os negros seriam seres distintos, submetidos a noções também distintas de direito daquela que são aplicáveis aos brancos. O complemento da desnaturalização, ou seu efeito, seria a possibilidade da denúncia e a mobilização da opinião pública contra a escravidão.

O indicado acima deslocava a escravidão para um universo de referência alternativo, diferente do que se estava estabelecido. O quadro que os poemas buscam desenhar contestava aquele no qual a escravidão aparecia como aceitável e/ou natural.

Os defensores da escravidão lançavam mão dos argumentos conservadores da ameaça e da futilidade. O primeiro corresponde ao destaque dos perigos que o fim da instituição representaria, não em termos de interesses particulares, mas da ordem social. O segundo, a futilidade, consiste na afirmação de que a adoção de uma medida ou inovação corresponderia a um esforço inútil para alterar um quadro que não pode ser modificado. Ambos as lógicas nos parecem informar os argumentos dos defensores da continuidade da escravidão¹⁵.

A discussão parlamentar sobre o tema revela que a defesa da escravidão não era uma posição consolidada. As pressões internas e externas forçaram a inclusão do tema na agenda política. As reformas e iniciativas no âmbito do parlamento permitiam, portanto, vislumbrar a *incapacidade* dos escravocratas em resistir às pressões por mudanças e também a *capacidade* dos mesmos em intervir nos rumos do debate. As inovações legais que surgiam impunham mudanças e limitações no direito de propriedade, mas seguiam o ritmo lento das limitações legais. Assim aconteceu com a *Lei dos Sexagenários* e a do *Ventre Livre* – esta transformava a liberdade garantida ao recém-nascido em uma promessa para quando este alcançasse a maioridade; e aquela..em uma promessa aos idosos que sobrevivessem aos anos de maus tratos.

O controle que os proprietários mantiveram sobre o tema fez com que a abolição aparecesse no parlamento e nos debates oficiais sob o nome polido de “questão servil”.

Os escravocratas fracassaram em impedir que esta questão emergisse no parlamento, o que demonstra sua fragilidade. Enquanto isso, o debate ganhou terreno nos canais de manifestação da opinião pública, extrapolando, assim, a esfera privada e as instituições do poder público, espaços tradicionais de discussão sobre os problemas da propriedade. O argumento da piedade não sensibilizava os escravocratas, uma vez que estes insistiam em debater a escravidão no âmbito da economia e legalidade. A idéia de indenização aos ex-proprietários de escravos, veiculada nos meses seguintes a abolição seria uma das evidências desta tentativa. O tema da abolição era, por decorrência, despolitizado pelos escravocratas, adquirindo um tom mais técnico (da economia ou do direito) e protelatório.

O abolicionismo dos poemas apresenta outra forma de nomear a questão. Enquanto os escravocratas falam em “questão servil”, os abolicionistas falam em abolição ou

14. Padre Theofilo. “À Liberdade”. *Sete de Setembro*. Diamantina. 29 de agosto de 1888.

15. Para saber mais sobre essa discussão, ver: HIRSCHMAN, A. *A retórica da Intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

extinção da escravidão. Os escravocratas, propõem fim parcial (dos sexagenários e dos recém-nascidos) e gradual da escravidão – em maio de 1888 afirmaram ser este fim uma questão de tempo, uma vez que desde 1870 não nasciam mais escravizados e que uma nova lei não fazia-se necessária¹⁶. Já os abolicionistas, clamavam pela abolição imediata, argumentando imperativos de moralidade e justiça. Os escravocratas explicitaram preocupações quanto aos impactos econômicos que o fim da escravidão provocaria. O que a primeira vista pode parecer um simples problema de nomenclatura revela-se como um indicador da existência de lógicas distintas e do embate político dos seus proponentes.

A disputa em torno da representação da escravidão é também a disputa em torno de sua legitimidade ou imoralidade, e de sua aceitação ou rejeição. A abolição passava a destruir sua naturalização e desconstruir uma representação que autorizava e a tornava socialmente aceita. A disputa em torno dos nomes é expressiva da contenda em torno da manutenção ou extinção da escravidão: os vocábulos *escravidão* e *escravos*, podem ser associados a propriedade legal ou imoralidade e relacionadas a defesa de sua permanência ou de seu fim. Ou seja, é parte constitutiva da disputa em torno dos princípios de visão e de divisão acerca das práticas aceitáveis e de sua aceitação, da existência ou não de interdições na prática da escravidão.

Os abolicionistas construíram a escravidão como um problema. Esta representação consistiu-se, então, no trunfo e sucesso do abolicionismo. Na representação da escravidão que eles articulam aparecem as razões pelas quais ela deve acabar. Os argumentos reafirmam os pressupostos apontados acima, mas o apresentam sob a forma de descrição da dor e do sofrimento. Assim, a escravidão deveria ser extinta para se acabar com o sofrimento dos seres humanos; o enorme sofrimento e frustração que a escravidão causa aos escravizados, portanto, a torna moralmente condenável.

No conjunto de poemas, o escravizado não é a única vítima da escravidão: ao participar de uma relação mediada pela violência, a humanidade do escravocrata é corrompida e, enquanto ele se afasta dos valores cristãos e princípios humanitários, seu comportamento social marca e compromete toda a sociedade brasileira.

Assim, a abolição não redundaria em benefícios exclusivos para o ex-escravizado, mas para o Brasil. A escravidão causava danos morais, econômicos e políticos à pátria e à nação – este argumento universaliza a questão: a escravidão é um problema não só para o escravizado que sofre e para o escravocrata que é brutalizado, mas para toda a sociedade, nomeada sempre como pátria, nação ou Brasil. Em termos econômicos a escravidão é nociva, pois estimula o ócio e não valoriza o trabalho. Já em termos morais é nociva, pois aceita a relação de desigualdade entre os homens, permitindo que uns sejam escravizados pelos outros; o que nega, portanto, uma condição essencial da humanidade: ser livre. A escravidão manteria o Brasil na barbárie, pois sua existência impediria o ingresso da sociedade brasileira no mundo civilizado e na modernidade de modo a desfrutar seus benefícios. Há aqui uma explicação da escravidão como razão do atraso do Brasil, como a responsável pela sua modernização tanto em termos econômicos quanto sociais e políticos. A escravidão, neste caso, seria tanto a marca do atraso e da barbárie, quanto no que impediria nosso progresso.

Por conseguinte, a escravidão também causa danos políticos ao Brasil uma vez que esta impede a participação do país no rol das nações modernas e civilizadas – neste caso, o referencial e o desdobramento dessas problemáticas são externos, pois a permanência da escravidão reduz a possibilidade do Brasil de participar dos benefícios políticos e econômicos das nações modernas, civilizadas, ou seja, a manutenção da escravidão diminui as possibilidades de trocas com a Europa.

Leitores

16. Nos debates legislativos em 1888 este argumento não foi desenvolvido embora tenha sido apresentado: “Que necessidade tão urgente é esta, quando o problema tem sua solução natural nas leis de 1871 e 1885, contra os efeitos da intervenção do poder público?” questionou Andrade Figueira na Sessão de 9 de maio. *Apud* BRUNO, Fábio V. (ed.). *O Parlamento e evolução nacional. 1871-1889* (3ª série). Brasília: Senado federal, 1979. p. 371.

Uma questão importante quando analisamos os poemas diz respeito à definição de seu público alvo e/ou efetivo. Não possuímos indicações precisas que nos autorizem uma resposta taxativa, mas trabalharemos com algumas hipóteses ou respostas possíveis.

A primeira e mais básica resposta, portanto, é supor que os leitores eram os letrados membros da elite ilustrada. Os jornais no século XIX não constituíam um veículo de comunicação de massa, pois o número de letrados era reduzido e os periódicos não se constituíam artigo de primeira necessidade. A aquisição dos jornais, então, supunha a posse de recursos, o interesse na palavra escrita, na informação, e tempo ocioso para a leitura.

As palavras, sons, idéias, imagens e situações descritas nos poemas podem ser relacionadas a uma tripla orientação. As filiações estéticas e literárias, as motivações políticas e sociais e uma expectativa de leitor. Os elementos constitutivos dos poemas podem ser vistos como pistas do universo no qual o autor se colocava, das relações culturais da sociedade em que está inserido e do efeito que buscava alcançar. Nos interessa pensar, então, quais leitores podemos supor que fossem tocados por estes recursos literários, estilísticos e simbólicos. Observaremos que estes poemas faziam parte da campanha contra a escravidão, logo, ter eficácia em atingir um leitor constituía um dos objetivos que orientavam sua criação e/ou sua publicação.

As considerações seguintes sobre os possíveis leitores não devem ofuscar o fato de que a poesia se propaga independente do suporte da folha impressa. Sua forma é primordialmente oral e as rimas, curtas e ritmadas, facilitam a memorização e a reprodução oral, o que nos autoriza sugerir que além de leitores havia também ouvintes. Assim, o público atingido pelos poemas poderia ir além daqueles que tinham tempo, dinheiro e predisposição para a leitura dos jornais.

Os poemas exploravam a frustração afetiva, as privações, o sofrimento físico e o discurso da igualdade cristã. Os argumentos mobilizados pelos mesmos poderiam atingir um leitor suscetível à forma como a questão foi colocada e/ou alguém que se identificasse com a privação descrita.

Os jovens, influenciados pelo romantismo e/ou experimentando as frustrações decorrentes das imposições paternas, aparecem como alvos potenciais do abolicionismo, e, por isso, são leitores pressumidos¹⁷.

As mulheres também são um alvo particularmente visado; percebemos isso ao obervarmos o apelo à maternidade das produções da época. As imagens de mulheres, que não podem gozar da maternidade e de filhos que foram privados do amor materno, sugerem-nos, então, serem elas parte do público que se pretendia atingir.

Em termos de localização espacial, trabalharemos com a hipótese de que os leitores são urbanos. As descrições dos poemas não fazem menção explícita e inequívoca à escravidão doméstica e/ou urbana, de tal forma que é possível que, mesmo existindo escravizados no âmbito doméstico, os leitores não se sentissem retratados pelos poemas. De outra forma, a ausência de uma referência concreta à escravidão doméstica, possivelmente praticada pelos leitores, permitiria que estes não se reconhecessem na descrição e na denúncia dos escravocratas. O escravocrata seria desta forma o *outro* maléfico e não o *eu* leitor. O apoio ou simpatia à causa abolicionista poderia, neste caso, conviver com a posse de escravizados.

Apelos

Os poemas usam diferentes apelos para justificar e reivindicar o fim da escravidão. Há o apelo religioso, o afetivo, o da compaixão e o das luzes. Todos estes foram usados no mesmo sentido, ou seja, o de demonstrar a impossibilidade da permanência da escravidão, independente de suas diferentes filiações teóricas e filosóficas. As distinções entre os pressupostos e implicações

17. A título de exemplo, citemos *Esau e Jacó*, de Machado de Assis, e o texto teatral de França Júnior, *Como se fazia um deputado*, onde lemos: “Esquece estes sonhos de amor, que no fim de contas, são sempre sonhos, e vamos tratar da realidade”, diz o Major Limoeiro ao sobrinho recém-chegado da capital.

do argumento de ordem religiosa e o de ordem iluminista aparentemente não constituíam um problema. Estas diferenças diluíam-se em função do sentido e do objetivo dos poemas: promover o fim da escravidão.

O apelo cristão mobilizava as assertivas bíblicas acerca da verdade, da justiça e da igualdade. A Bíblia, a verdade revelada, a palavra do Senhor, não só desautorizava como negava a escravidão. A lógica e doutrina cristã seriam incompatíveis com a existência de homens escravizando homens, ou melhor, irmãos escravizando irmãos. A noção de desigualdade, como observamos no poema abaixo, que autorizava a escravidão era contrária à verdade bíblica de que somos filhos de Deus.

Chora, escravo, que o chorar é santo!...
 As lágrimas de Madalena
 Valeram-lhe a vida amena,
 A morada da divindade!
 Não está longe mais o dia,
 P'ra ser morta a tirania,
 No seio da cristandade.¹⁸

Os princípios do cristianismo de justiça e de bondade deveriam servir de base para a organização social. A religião aparecia como uma medida de avaliação das práticas sociais. Os homens, em sua organização, deveriam se sujeitar à autoridade divina e aos ensinamentos cristãos. Estes possuíam três características fundamentais. Em primeiro lugar, constituem verdades reveladas, não comportando adaptação nem atualização. Em segundo, são princípios que não carecem de demonstração, são virtudes e preceitos de bondade e de justiça que se justificam *per se*. E, por último, antecedem e orientam a criação dos homens devendo orientar também suas instituições. A não observância destes princípios faria com que os homens negassem sua humanidade e se afastassem de Deus.

O apelo cristão colocava o argumento em um patamar no qual não haveria discussão. Sua autoridade e força decorriam de sua fundamentação cristã. Nesta operação, o mais importante era romper a ligação entre escravidão e cristianismo, a transformando, portanto, em incompatibilidade. Usava-se o capital simbólico consolidado pela igreja para desautorizar a instituição. O importante, ou o eficiente, nesta linha de argumentação talvez passasse mais por fazer com que a escravidão aparecesse como anticristã do que de fato sê-lo. Os poemas não caminham pela demonstração da incoerência entre os textos bíblicos, os teológicos e a escravidão. O recurso consistia em usar as imagens, as noções e os valores cristãos pré-estabelecidos para desautorizar a escravidão. Buscava-se assim a apropriação da consistência e do *status* que o cristianismo gozava para questionar a legitimidade da escravidão. Em uma lógica semelhante à apontada acima, os poemas invocam valores e princípios divinos contrários à escravidão:

Salve! augusta liberdade,
 Benfazeja divindade,
 Que livras a humanidade
 dos ferros da escravidão¹⁹.
 Ave, augusta Liberdade,
 Primogênita do Céu;
 Salve astro de beldade
 Rico de graça e sem véu;
 Rainha sem diadema
 Heroína de um poema
 Escrito nos céus e mar!

18. Carlos B. Peixoto. "Chora escravo!". *A União*. Ouro Preto. 27 jan. 1887.

19. Thomaz Brandão. "Sete de setembro". *A União*. Ouro Preto. 7 set. 1886.

Tens no Brasil capitólio
Em oitent’oito sem sólio
De maio aos treze um solar!²⁰

Desde o instante derradeiro
Da treva e do cativoiro,
Pisa o solo brasileiro
Uma estranha divindade,
Que nos traz entre fulgores,
Entre aplausos e louvores,
Sorrisos, hinos e flores,
Idéias de liberdade.²¹

Há aqui alguns pontos que merecem destaque. O primeiro se refere aos princípios aceitos como fundamentais para a organização social; estes são os mesmos apresentados como fundamentos do abolicionismo, porém estes valores, que integram a tradição ocidental, receberam um tratamento divino. Nesta linha, os princípios, transmutados em valores, são colocados em um lugar acima dos homens, tornam-se, assim, verdades inquestionáveis. Por adquirirem este *status* podem ser usados como contestação à escravidão. Direito, Liberdade, Justiça são divinizados e apresentados como contrários a instituição que se pretende combater. Mais que valores ou princípios, tornam-se divindades, entidades que encarnam os valores daquilo que a nomeiam – o que explicaria o uso recorrente de maiúsculas.

Diferente da invocação cristã este argumento tem o efeito de apresentar o valor/ideal como elemento acima dos homens e da história. Seriam valores “a-históricos”, porque são naturais; expressam, desta forma, uma ordem natural (porque estão de acordo com a natureza) na qual a humanidade deve se orientar e tomar como ponto de partida para sua existência na História. A consequência lógica decorrente desta forma de construir o argumento leva a incompatibilidade entre os valores ditos naturais e a escravidão, ou seja, sua desnaturalização..

Apelo afetivo

A escravidão foi denunciada pelos poemas no que diz respeito aos empecilhos que impediam o escravizado de experimentar e/ou construir relações afetivas. Esta denúncia operava também como um apelo pelo fim da condição de escravizado. Aqui, funcionaria uma identificação entre a sensibilidade romântica dos moços com as das moças das cidades e as vilas da província. A julgar pelos exemplos literários, não era uma experiência rara que os jovens experimentassem, por imposição paterna, frustrações de sonhos, de amores e de afetos. Estas privações permitiriam a identificação do leitor, não contaminado pelo realismo ou pelas questões práticas de sobrevivência econômica, com o escravizado. Os leitores jovens poderiam estranhar e discordar da organização do mundo tal como estava instituído, ou seja, poderiam discordar da escravidão; entretanto, sob a ótica da privação, ambos, tanto o escravizado quanto o leitor(a) romântico(a), tornavam-se iguais.

Apelo da compaixão

Os apelos apontados até agora como aqueles que os poemas usavam caminham em um sentido comum: o da compaixão e o da piedade. O argumento da dor e do sofrimento despertaria piedade nos leitores, mas não necessariamente motivaria a fraternidade. Esta, ao contrário da compaixão ou da piedade, passaria pela construção de um território comum entre o escravizado e o homem livre, do reconhecimento da igualdade através da supressão da distância entre ambos (ARENDDT, 1988).

20. Padre Theofilo. “À liberdade”. *Sete de Setembro*. Diamantina. 29 ago. 1888.

21. Fernando Magalhães. “A Nova Era”. *A Pátria Mineira*. São João Del Rei. 16 maio 1889.

Os escravizados estariam marcados por uma dupla privação, a da liberdade e a da capacidade de resistir. O sofrimento e a impossibilidade de contestação do escravizado motivariam a sensibilidade romântica e cristã a expressar compaixão e piedade.

Podemos perceber, assim, a incapacidade do escravizado em reverter sua situação, o que poderia motivar a comiseração do leitor, inviabilizando a sua identificação com aquele que sofre. O escravizado continuaria a ser tratado e percebido como incapaz, de quem a sorte pode sensibilizar, mas não induzir a fraternidade. O foco não era, portanto, o escravizado, a vítima do algoz-escravocrata, mas as práticas e as crueldades que marcavam o seu dia-a-dia. Mais que o indivíduo, o que importava era a relação; mais que a pessoa, a instituição.

O não reconhecimento do escravo como um sujeito (pleno) motiva a piedade, mas mantém a distinção entre escravizados (negros) e não escravizados (brancos). Um desdobramento desta situação seriam as referências negativas aos negros e escravos (vil, canalha, etc.) e a permanência do negro como metáfora. A piedade opera no campo onde a desigualdade sobrevive de modo que a preocupação com a sorte do escravizado não produz uma preocupação com o negro.

Um segundo desdobramento diz respeito ao mandato humanitário, apresentado por Nabuco (2000), quando os brancos livres assumiriam a defesa dos escravizados. Na ausência da voz e da impossibilidade de ação por parte dos negros, os abolicionistas tomariam para si a obrigação moral de falar em seu nome. O escravizado seria assim libertado ou objeto da libertação, mas não sujeito de sua libertação. A incapacidade de resistência se desdobra na passividade teorizada por Nabuco (2000). A defesa do fim da escravidão que os poemas promovem mantém o escravizado submetido ao mesmo estatuto da escravidão: o da passividade. Sua condição de sujeito não é reconhecida nem mesmo por aqueles que assumem sua defesa e sua voz; o mandato abolicionista, mais do que assumir a voz dos escravizados, a confisca.

Nos poemas, estas idéias são percebidas pela recorrência da terceira pessoa na descrição da vida do escravizado. O narrador fala da vida, dos problemas e de um sofrimento de um grupo do qual não faz parte. O sujeito dos poemas não coincide com aquele que sofre e é escravizado. Há aqui, portanto, uma continuidade entre escravismo e abolicionismo: ambos tratam o escravo como ser de segunda categoria, incapaz. Por mais que a humanidade do escravizado possa ser um princípio formador do abolicionismo, a hierarquia entre escravizados e homens livres não é quebrada. Este é um ponto de concordância entre os escravocratas e os abolicionistas²². “É por piedade que os homens são ‘atraídos para *les hommes faibles*’, mas é por solidariedade que eles estabelecem, deliberadamente, e como que desapaixonadamente, uma comunidade de interesses com os oprimidos e explorados.” (ARENDETT, 1988: 70). Este seria o limite, e mesmo a limitação, da compaixão e da piedade.

Argumento das luzes

Uma outra linha de argumentação destaca os avanços da ciência e do conhecimento como contraponto aos velhos preconceitos que orientaram e fundamentaram a escravidão.

O “iluminismo” do argumento resulta mais do uso recorrente de imagens como farol, luz, aurora, do que da presença de uma lógica iluminista propriamente dita.

Excelsa Redentora,
 Que antes de libertar a raça sofredora
 Careceste senti a voz das populaças
 Intimar-te a rugir, colérica, nas praças
 E ver que nesta pátria as armas dos guerreiros
 Não podiam servir às caças dos negreiros,

22. Podemos supor a existência de abolicionistas que operavam em uma outra lógica que incorporava a noção de igualdade e que reconheciam nos negros o *status* de sujeito portador de direitos. Podemos pensar em Patrocínio, Gama e outros. No entanto, nos poemas que usamos como fonte esta concepção não foi percebida.

Para ceder enfim, pálida e amedrontada;
Excelsa Redentora, a mesma voz irada.²³

Acendeu brilhante luz
O farol da Redenção;
Na terra de Santa Cruz
Não há mais escravidão!
[...]
Já não és pátria d’escravos,
És potente soberana
Livre Sul-Americana,
Berço de heróis e de bravos!
Sofreste os cruéis agravos
Da mais dura condição;
Mas, guiou-te à salvação
Deu-te alento e conforto,
Abrigo e seguro porto
O farol da Redenção.²⁴

As luzes como guias e condutores teriam, no nosso entendimento, quatro desdobramentos.

Em primeiro lugar, justificam o fim da escravidão em função do porvir, e fundamentam no futuro a ação no presente. Neste sentido, se confunde e se mescla com a idéia de progresso. Os faróis seriam guias a indicar e iluminar o caminho (à frente) a ser seguido. A escravidão é apresentada como um obstáculo, empecilho e entrave que impede o avançar em direção a este futuro de progresso.

Por oposição, o presente é (des)qualificado como escuro, de trevas e de ignorância. As luzes viriam, neste caso, trazer esclarecimentos a um presente sombrio. A imagem negativa do presente sombrio (escuro) é coerente com a persistência do negro como metáfora, como apontado acima.

A apresentação de um presente entendido como metáfora para a ignorância e preconceitos terá, após 1888, um uso no debate político quando dirigida contra os fundamentos da monarquia. Os republicanos procuraram associar a monarquia ao mesmo quadro de ignorância e de preconceito que havia justificado a escravidão. Esta operação buscava dissociar a Coroa do 13 de Maio, mostrando que se baseia na mesma lógica da escravidão: desigualdade e privilégio.

Vinde auroras de maio!...vinde agora
Engrinaldar os altaneiros Andes...
Cantar as epopéias que de outr’ora
Vos pediram em balde
Os grandes dias dos impérios grandes!...
Vencei risonhas do Levante dos muros,
Varrendo em vossas plumas luminosas
Da noite as sombras, o silêncio, a morte!...
Enchei de luz os báratros escuros...
E cantai, alvoradas,
Cantai na imensidade,
Tendo na frente o sol doce e brilhante
Como emblema de um século gigante
De luz e liberdade!²⁵

23. Medeiros e Albuquerque. *A revolução*. Campanha. 2 de Julho de 1889.

24. Francisco Silva Lobo. “13 de maio”. *Província de Minas*. Ouro Preto. 26 maio 1888.

25. Avelino de Andrade. “Rimas à Pátria”. *A União*. Ouro Preto. 23 jun. 1888.

Apenas foi um ensaio
A lei de Treze de Maio;
Seja completa a vitória.

Já que não tendes escravos
E sois valentes e bravos,
Da sorte esquecendo agravos,
Regei-vos por vossas mãos.
Deitai por terra esse trono,
Hoje quase em abandono,
Antes que tenha outro dono
Fundado em direitos vãos.

Esses velhos preconceitos,
Esses supostos direitos,
Não podem ser mais aceitos
À luz de toda evidência;
Sejam portanto banidos;
De um mero engano nascidos,
Não devem ser dos partidos
O ponto de divergência.

E à voz da celeste fada,
Entre uma pena e uma espada,
Uma cabeça inspirada
Soube erguer-se triunfante,
E disse ao Brasil: “Exulta
Como nação livre e culta,
Hoje à tua frente avulta
Novo Washington, e avante!”²⁶

A imagem das luzes fundamenta duas ordens de argumentos: de um lado, está associado à racionalidade política que questiona os pressupostos da organização social, seja a escravidão ou a monarquia; de outro lado, aparece também junto ao argumento divino e/ou cristão a figura da luz divina, de um farol, que guiaria a humanidade a um tempo e a uma organização justa e correta.

Liberdade para quê?

O final da escravidão aparece nos poemas fundamentado em diferentes razões. Algumas se misturam e se confundem com seus pressupostos e argumentos apresentados para sensibilizar os leitores. Em todo caso, consideramos interessante destacar as justificativas apresentadas.

A idéia de acabar com o sofrimentos dos seres humanos aparece como uma questão secundária. Os poemas justificam o fim da escravidão em função do pressuposto que os informa: o de que a escravização dos seres humanos é imoral. Assim, o sentido da abolição seria o de corrigir o mundo para que este se tornasse coerente com os imperativos da moralidade.

A moralidade aparece também na relação entre abolição e trabalho, indicativo, ao mesmo tempo, de uma concepção ética e de uma percepção econômica. Esta representação possibilita-nos supor que a liberdade era pensada para o trabalho, ou seja, para a oficina. Nesta perspectiva, a libertação implicava não só na conquista de direitos, mas também de deveres. Ser livre não

26. Fernando Magalhães. “A nova era”. *A Pátria Mineira*. São João Del Rei. 16 maio 1889.

deveria se traduzir em vadiagem ou ócio, mas na dedicação ao trabalho, aos deveres de homem livre para benefício próprio e da nação.²⁷

A idéia de liberdade para o trabalho permite estabelecer conexões com os argumentos a favor do fim da escravidão. O primeiro é que a abolição permitiria a participação do Brasil no mercado moderno e dinâmico. A economia mundial passava por mudanças qualitativas há quase um século, adotando um padrão industrial e baseado no trabalho assalariado. A manutenção do trabalho cativo mantinha o Brasil excluído deste mercado, impedindo-o de se beneficiar desta modernização.

Hoje que o céu já não abriga escravos...
 Que o mundo erige um monumento à honra
 E a pátria conta mais com filhos bravos...
 Vinde, vinde, alvoradas,
 Dar vida ao braço, iluminar as sendas.
 Vinde as portas bater de novas tendas
 Há pouco levantadas!...
 Vinde acenar a legião de novos
 E abrir os grandes olhos do futuro
 As novas oficinas.²⁸

A segunda conexão a favor do fim da escravidão corresponde ao momento em que esta construção do problema da escravidão se universaliza e acaba prejudicando o Brasil. A escravidão, portanto, deixa de ser um problema exclusivo do prejudicado imediato, o escravizado, e passa a ser um ônus para toda a sociedade brasileira. O argumento pelo fim da escravidão passa, então, por uma requalificação. A manutenção da escravidão não seria mais uma questão de respeitar uma propriedade legal, de respeito às regras do direito, independente da moralidade ou não do que foi autorizado. A permanência da escravidão passaria agora pela decisão de permitir o ingresso do Brasil no mundo civilizado ou não. Ou seja, não se trataria mais do ataque à propriedade individual garantida por lei, mas da defesa do ingresso da sociedade no século XX e no mundo moderno.

A nação seria a grande beneficiada com a abolição na medida em que permitiria seu ingresso no mundo civilizado e no mundo moral. A abolição permitiria o progresso material e moral da nação. E, por último, permitiria o reconhecimento do Brasil como país civilizado. A nação deixaria de ser identificada com a barbárie e a imoralidade da escravidão, e seria, então, motivo de enorme orgulho para os brasileiros, pois estes poderiam agora andar de frente erguida.

O fim da escravidão recebe diferentes nomes, indicando diferentes visões, desdobramentos e formas de pensá-la. Alguns poemas a nomeiam de redenção, outros de abolição e alguns de libertação. As diferentes idéias acerca do fim da escravidão, que poderiam estar implícitas, permaneceram inacessíveis para nós. Podemos supor, entretanto, que a “redenção” estivesse mais associada a idéia cristã. No entanto, nos pareceu significativo que as nomeações dos poemas são coerentes com o que foi exposto sobre o uso da terceira pessoa (os escravizados seriam libertados) e com a ênfase no sofrimento e não no sofredor (abolição da escravidão ou do sofrimento).

Escravidão metafórica e escravidão concreta

27. “Dado o caso de que alguns libertos se mostrarem refratários aos bons conselhos; que não se empreguem em um prazo regular e que se entreguem à vadiagem, contra esses cumpre que seja adotada a providência estatuída no Código do Processo Criminal [...]” “Circular do Chefe de Polícia, Levindo F. Lopes, aos delegados e subdelegados, para execução da lei de 13 de maio”. *A União*. Ouro Preto. 20 maio 1888. p. 1.

28. Avelino de Andrade. “Rimas à Pátria”. *A União*. Ouro Preto. 23 jun. 1888.

No dia 13 maio de 1888 o Senado Imperial aprovou o decreto que declarava extinta a escravidão no Brasil. A lei era sumária, continha somente dois artigos, e sua aprovação foi rápida, 5 dias de tramitação na Câmara e no Senado. A vitória dos abolicionistas parecia óbvia. Em uma semana o legislativo aprovou o projeto de iniciativa da coroa que acabava com uma instituição com quase três séculos de existência. O júbilo foi geral. Entre os dias 13 e 20 de maio a corte foi palco das “festas da igualdade”, segundo expressão do jornal *Cidade do Rio*, de Patrocínio²⁹. Nas províncias também aconteceram comemorações. Em Ouro Preto, houve “bandas de música pelas ruas, seguidas de enorme multidão com fogos, entusiásticos discursos e vivas estrepitosamente correspondido”³⁰. O fim da escravidão, plataforma básica do abolicionismo, não fez com que o tema da escravidão desaparecesse dos poemas nos jornais. A temática ligada à escravidão e a sua condenação não desapareceu dos poemas com o fim da mesma em maio de 1888.

Esta permanência, no entanto, desloca a significação dos termos. As palavras continuam as mesmas, mas passam a ser trabalhadas em outro sentido, associadas à outras idéias. Este é um segundo deslocamento para os poemas na discussão da escravidão – o deslocamento que observamos após maio de 1888 é de outra natureza, por assim dizer. O que estava em questão já não era a representação da escravidão, resignificada pelo deslocamento operado pelo abolicionismo, mas a relação das instituições sociais que esta representação poderia estar agora associada. Em resumo, a prática social da escravidão se manteve constante, mas teve sua significação modificada: agora temos que a significação foi deslocada para uma outra prática.

A escravidão foi, por aqueles que a ela se opunham, motivo de duas grandes representações. A primeira, que sujeitava o escravizado, chamaremos de escravidão concreta. A segunda, que corresponde à apresentação da condição de súdito como análoga à do escravizado chamaremos de metafórica.

A escravidão concreta tinha como universo de referência o mundo do trabalho e ser escravizado era *não ser livre*. Nos poemas, como afirmamos, os cativos são tratados na terceira pessoa. A atitude recomendada a eles era a de resignação perante a situação adversa, enquanto aguardam a libertação. Assim, aparecem como objetos de libertação que será promovida por outras pessoas, os não-escravizados. Os escravizados seriam libertados, não por iniciativa própria mas dos abolicionistas. Os escravizados deveriam aguardar sua libertação mas não tomarem iniciativas para sua conquista, esta lhes seria dada, não seria uma conquista suas.

Esta descrição/prescrição da resignação dos escravizados nos indica uma questão: a quem se dirige a fala dos poemas? Aos escravos, destinatários das prescrições? Mas os escravizados não nos parecem em condições materiais e sociais de serem incluídos entre os leitores do século XIX. Acrescente-se o fato de que Nabuco (2000) explicitamente nos diz que a propaganda não era dirigida a eles.

Neste caso, só nos resta supor que estes poemas tinham como alvo os homens livres. Como entender então a recomendação de resignação? Sugerimos duas hipóteses. A primeira seria a de fornecer elementos, recursos e argumentos para que os homens livres usassem diante de uma eventual ação direta dos escravizados. De outra forma, ofereciam, arsenal e intelectualmente os recursos de retórica para serem usados diante dos escravos, de modo a evitar que a defesa da abolição colocasse em risco a existência do movimento. Afinal, um levante ou revolta dos escravizados colocaria os abolicionistas em situação política muito delicada. Outra possibilidade que aventamos é a de que esta prescrição pretendia tranquilizar os brancos livres: o abolicionismo não pregava a revolta e nem fazia apologia à violência. A campanha contra a escravidão oferecia como garantia a passividade dos escravizados.

29. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro. 16 e 18 maio 1888.

30. “Gazetilha - Festejos populares em Ouro Preto”. *Província de Minas*. Ouro Preto, 18 maio 1888, p. 2; “13 de maio”. *O Diabinho*. Antonio Dias, 19 maio 1888, p. 3.

Este último ponto, como veremos no poema abaixo, é coerente com o apelo cristão e com o mandato humanitário. Os escravizados deveriam se orientar pelos exemplos bíblicos, adotando uma atitude de passividade e espera pelos salvadores-abolicionistas (anexo 18):

O Brasil suspira,
Ai que dor!
Sou cativo, bem cativo
Do Imperador!

A Pátria suspira,
Ai que dor!
Sou cativa da mulher
Do Imperador!

Os brasileiros suspiram,
Ai que dor!
Somos cativos do genro
Do Imperador!

As brasileiras suspiram,
Ai que dor!
Somos cativas da filha
Do Imperador!

Os meninos suspiram,
Ai que dor!
Somos cativos dos netos
Do Imperador!

Os libertos suspiram,
Ai que dor!
Ainda somos cativos
Do Imperador!

Quando ficaremos,
Ai que dor!
Livres da família
Do Imperador?

Dar viva à República,
Ai que dor!
Não se pode, por causa
Do Imperador!³¹.

Assim, a escravidão metafórica teria sido deslocada do eixo da questão, ou melhor dizendo, teria sido canalizada no sucesso da denúncia e na mobilização contra a escravidão para a política. Com efeito, ampliou-se o alcance da denúncia do arbítrio e da falta de liberdade de modo a incluir a monarquia. Esta, então, é requalificada para se tornar algo análogo à escravidão. Uma vez extinta a escravidão concreta, o universo simbólico colocado em circulação na campanha abolicionista seria apropriado pelos republicanos e canalizado contra a monarquia. Este fato, portanto, delinea a gênese do que nomeamos escravidão metafórica. O recurso que permitiu

31. Camilo C. de Campos. “Suspiros e dores”. O Movimento. Ouro Preto. 26 out. 1889.

sua construção foi associar a monarquia à falta de liberdade e, portanto, comparável com a escravidão.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1988.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e a filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método na ciência da linguagem*. 2ª. Ed.. São Paulo: Hucitec, 1981.

CHALHOUB, Sidney. “Gorender põe etiquetas nos historiadores”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p.XX, 24 nov.1990

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRUNO, Fábio V. (ed.). *O Parlamento e evolução nacional. 1871-1889 (3ª série)*. Brasília: Senado federal, 1979.

BURKE, Peter (por primeiro nome completo). *História Social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. “História Social da Linguagem”. In: *A Arte da Conversação*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 9-50.

CERTEAU, Michel. *Culturas no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ELIAS, Nobert. *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *O que é o autor?* Lisboa: Veja, s.d.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. “Como era bom ser escravo no Brasil”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. XX, 15 dez. 1990.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JUNIOR, França. *Como de fazia um deputado*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1985.

LARA, Sylvia. “Gorender escraviza a História”. *Folha de São Paulo* (tréplica), São Paulo, p.XX, Caderno Letras, jan. 1991.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

POCOCK, J. G. A. *As linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis de fala um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. São Paulo: Nacional, 1977.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981